

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Negociações Internacionais**

**Período de Análise: outubro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro

## Índice

<b>Brasil foca acordo com emergentes</b> – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia – 01/12/2009.....	3
<b>G20 e FMI depois de Pittsburgh</b> – Paulo Nogueira Batista – Folha de São PAulo – 01/10/2009.....	4
<b>A recaída neoliberal do G-20</b> - José Carlos de Assis – Jornal do Brasil – 01/10/2009 .	5
<b>Tasso apresenta parecer contrário à entrada da Venezuela no Mercosul</b> – Cristiane Agostine – Valor econômico – 01/10/2009.....	7
<b>Investida contra o tratado de Kyoto ameaça novo acordo</b> – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – 08/10/2009.....	9
<b>A reforma financeira internacional</b> – Luiz Gonzaga Beluzzo – Carta Capital – 13/10/2009.....	10
<b>EUA quer mais proteção agrícola em Doha</b> – Assis Moreira – 19/10/2009.....	11
<b>Brasil quer reunião com emergentes antes de ir à OMC</b> – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – 20/10/2009.....	12
<b>Brasil e mais 21 países podem reduzir tarifas</b> – Jonathan Lynn – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/11/2009.....	13
<b>OMC confirma vitória do país contra os EUA</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/11/2009.....	14
<b>Mercosul e UE retomam negociação</b> – Jamil Chade – O Estado de São Paulo – 21/10/2009.....	14
<b>EUA pedem ao Brasil concessões adicionais na Rodada Doha</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 27/11/2009.....	16

**Brasil foca acordo com emergentes** – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia – 01/12/2009

O Chanceler Celso Amorim disse ontem que o Brasil não vai mais apenas apostar nas negociações da Rodada Doha e vê mais chances de avanço nas negociações com países emergentes. Segundo ele, o Brasil terminará 2009 com 60% de suas exportações indo para países emergentes, ante 56% em 2008.

Mas Amorim não esconde sua frustração com a falta de acordo em Doha, lançada em 2001, e diz ter esperanças de que as negociações entre países do Sul sejam mais rápidas. “Não podemos colocar todos os ovos em uma cesta só”, disse, admitindo que a questão dos subsídios só será resolvida na Organização Mundial do Comércio (OMC), patrocinadora da Roda Doha.

Nos últimos dias, Amorim fez vários anúncios de acordos comerciais. Ontem, foi a vez de o ministro do Comércio do Egito, Rashid Mohamed Rashid, informar que se comprometeu a concluir um acordo de livre comércio com o Mercosul até junho de 2010. “Fechamos um compromisso de que isso ocorra; é do interesse de todos”, disse.

O Egito importa alimentos e quer exportar têxteis. Também ontem, o Brasil, os países da África Austral e a Índia lançaram a ideia de criação de um maior bloco político-econômico do Hemisfério Sul. Rob Davies, ministro do Comércio sul-africano, disse que o projeto pode levar anos.

Amanhã, Amorim espera assinar com outros 18 países do Hemisfério Sul um acordo para o corte de tarifas em 20%. Como o Estado informou ontem, o Brasil abrirá seu mercado para os produtos dos 30 países mais pobres do mundo.

Os beneficiados, como Bangladesh, já calculam os lucros.

“Queremos vender têxteis baratos para o Brasil. Quem vai ganhar é a população brasileira de menor renda”, afirmou o ministro Mohamed Khan.

O ministro de Comércio de Cuba, Rodrigo Malmierca, também pediu a Amorim maior aproximação entre os dois países na área comercial e de investimentos.

Mas o Brasil não é o único a buscar acordos. O México anunciou que não vai mais esperar Doha para abrir seu comércio e buscar mercados. Por isso, reduzirá de 10,4% para 4,3% suas tarifas até 2012 e 65% das linhas tarifárias serão isentas.

Enquanto a OMC agoniza e países buscam outras soluções, a ONU alerta que o desemprego continuará a crescer. “Brasil, Índia e China voltaram a crescer, mas a crise ainda está impactando muitos países emergentes”, disse o secretário-geral da ONU, Ban Ki Moon, em declaração lida na OMC.

Segundo ele, 2009 terminará com 59 milhões de desempregados a mais que em 2008 e o comércio cairá em 11%. “Precisamos fazer o melhor para administrar o mercado mundial”, disse ele. A ONU apelou para que os governos se comprometam em manter abertos seus mercados e que resistam à “cultura corrosiva do protecionismo”.

Pascal Lamy, diretor da OMC, acredita que o sistema multilateral está dando conta das pressões globais na crise, ainda que admita que 2009 passará para a história como um dos mais críticos. “O sistema comercial foi posto à prova e suas regras evitaram a proliferação do protecionismo”, disse.

#### Lula e Zapatero relançam discussão UE-Mercosul

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do governo da Espanha, José Rodríguez Zapatero, relançaram ontem as discussões entre a União Europeia e o Mercosul visando a um acordo de livre comércio entre os dois blocos. O acordo, que ainda não tem data para conclusão, foi feito às margens da Cúpula Ibero-Americana, realizada em Estoril, Portugal.

Também participaram da reunião o rei da Espanha, Juan Carlos, e a vice-presidente do governo, María Teresa de la Vega.

Segundo o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Antonio Patriota, o debate não resultou na fixação de datas, mas em uma decisão política favorável a um acordo. No primeiro semestre de 2010, a Espanha exercerá a presidência rotativa da UE, e uma de suas bandeiras será o acordo de livre comércio.

## **G20 e FMI depois de Pittsburgh** – Paulo Nogueira Batista – Folha de São Paulo – 01/10/2009

A CÚPULA em Pittsburgh foi um momento decisivo em termos de G20 e de FMI. O Brasil, atuando em conjunto com os outros Bric, e em estreito diálogo com os Estados Unidos, obteve vitórias importantes. Posso assegurar, leitor: não deixamos passar a oportunidade a que me referi no artigo da semana passada. No meu entender, foram dois os resultados mais importantes: a) a formalização do G20 como principal instância econômica; e b) o acordo sobre a transferência de poder decisório no FMI.

A designação expressa do G20 como principal foro para a cooperação econômica internacional consagra o que já vinha ocorrendo. Formaliza-se a substituição do G7 pelo G20 em matéria econômica. Afasta-se o risco de que o papel desempenhado pelo G20 desde o final de 2008 fosse visto apenas como temporário, limitado ao período mais agudo da crise.

Afasta-se também a alternativa, preferida por países como a França e a Itália, da ampliação do G7 para G13 ou G14 -formato que seria menos conveniente para nós do que o G20.

O G20, como se sabe, tem como membros todos os países do G7 (EUA, Japão, Canadá e os quatro grandes europeus) e mais um país desenvolvido (Austrália), os Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) e outros países de mercado emergente (Coreia do Sul, Indonésia, Turquia, Arábia Saudita, África do Sul, México e Argentina), além da União Europeia. A composição do G20 é razoavelmente equilibrada. Trata-se obviamente de agrupamento muito mais representativo do que o G7.

Outro grande resultado de Pittsburgh foi o acordo sobre a transferência de cotas no FMI. As cotas são o principal determinante do poder de voto na instituição. Ficou estabelecido que na próxima revisão geral de cotas, a ser concluída até janeiro de 2011, haverá transferência de pelo menos 5 pontos percentuais para os países dinâmicos de mercado emergente e em desenvolvimento.

Atualmente, os países desenvolvidos têm 60% das cotas e os países em desenvolvimento, 40%. A participação dos emergentes e em desenvolvimento no total das cotas aumentou apenas 5 pontos percentuais nos últimos 30 anos. Para a próxima revisão, foi fixado um piso para a transferência, 5 pontos, mas não um teto. Os Bric vão continuar lutando por uma transferência maior, da ordem de 7 pontos.

Mas, mesmo que prevaleça o piso, será a maior transferência de poder decisório da história do Fundo.

Hoje, chego a Istambul para a reunião anual do FMI, onde essa batalha vai continuar. A delegação brasileira, comandada pelo ministro da Fazenda, irá procurar consolidar os avanços obtidos em Pittsburgh e discutir os próximos passos da reforma do Fundo.

Uma palavra final sobre a atuação do Brasil em Pittsburgh. A delegação brasileira foi das mais influentes. O trabalho começou bem antes de Pittsburgh e exigiu difíceis negociações nas quais os Bric tiveram papel central. A mediação dos EUA foi crucial para vencer a resistência dos europeus, os principais interessados na preservação do status quo.

Mas posso dizer tranquilamente: a contribuição do Brasil foi fundamental. Escrevo essa frase com orgulho, e paro um pouco para pensar. Bem sei, leitor, que o brasileiro é um pobre e humilde ser, que duvida de si mesmo e da sua capacidade. É o célebre complexo de vira-lata, apontado por Nelson Rodrigues. Isso é muito verdadeiro, eu sei.

Mas, ousado dizer: o brasileiro está mudando e vai aos poucos deixando para trás suas velhas e arraigadas inseguranças.

### **A recaída neoliberal do G-20 - José Carlos de Assis – Jornal do Brasil – 01/10/2009**

Existe numa praça de Lisboa uma estátua de mulher nua com a seguinte frase como legenda: “Sobre a nudez crua da verdade, o manto diáfano da fantasia”.

Nunca vi essa estátua, mas confio no relato de Viana Moog, biógrafo do autor da frase, o incomparável Eça de Queiroz. Pois todo esse conjunto sugestivo me veio à mente ao acabar de ler as páginas do comunicado final do G-20 em Pittsburgh: sobre uma descrição acurada e sincera da crise mundial e das medidas emergenciais para superá-la, destaca-se, nas recomendações para o futuro, a cobertura sinuosa do receituário neoliberal que a originou.

O ponto crucial é a reafirmação do FMI como supervisor e fiscal das políticas econômicas dos signatários do documento. Isso significa que ele será o juiz do cumprimento dos compromissos assumidos. Mas há uma assimetria: se um país é economicamente forte, como EUA, Alemanha e China, uma repreensão irá para o lixo, mas se for médio como o Brasil, nossos tecnocratas neoliberais terão munição para forçar um ajustamento segundo o receituário imposto de fora para dentro.

Para nós, o FMI se tornou irrelevante por força de uma série de circunstâncias favoráveis a partir de 2003 até a crise: farta liquidez internacional, aumento do preço de commodities, e câmbio inicialmente desvalorizado, estimulando exportações.

O juiz soberano das políticas econômicas passou a ser as agências de risco. Com a crise, elas perderam credibilidade, pois disseram que a economia americana e a mundial estavam em perfeita forma.

O Fundo começou a ser resgatado na reunião do G-20 em Londres.

Inseguros com o desenvolvimento da crise, os líderes mundiais tinham que se agarrar a qualquer coisa, e o FMI era a única muleta disponível, mesmo que quebrada.

Mas o mínimo que se devia estabelecer, antes mesmo do acordo sobre cotas, era uma mudança radical no corpo técnico do Fundo, que está permeado de fetiches ideológicos, sobretudo na área fiscal.

Alguns têm a ilusão de que o FMI mudou. É um equívoco. Os empréstimos que voltou a fazer no curso da crise, principalmente para o Leste Europeu, são práticas antigas – inclusive com o infame compromisso do país receptor realizar um déficit orçamentário zero. Isso, em plena crise de demanda, onde os déficits explodiram em todos os quadrantes, da Alemanha aos EUA, da França ao Japão. Do

Consenso de Washington retiraram apenas a exigência de privatização e de desregulamentação, o que, se mantido, seria simplesmente uma aberração.

Minha decepção não envolve tudo de Pittsburgh. Houve avanços – como na regulação bancária, no controle de fundos especulativos e paraísos fiscais, mas a recuperação de conceitos neoliberais radicais me preocupa. “Nós não recuaremos para o protecionismo financeiro, particularmente com medidas que constriam os fluxos de capitais no mundo, especialmente para países em desenvolvimento”, diz o item 48. Parece aquela vírgula introduzida pelo revisor para mudar todo o sentido da história em um livro de Saramago.

O livre movimento de capitais especulativos está na própria raiz da crise. Com a massa de liquidez existente, nenhum país pode escapar sem ferimentos de um ataque. Além disso, a questão de impor restrições aos fluxos de capitais está em discussão aberta, inclusive com sugestões de altas autoridades monetárias sobre a conveniência de uma taxa Tobin – pequena para não impedir o fluxo de capitais produtivos, grande para inibir a especulação. O G-20 errou barbaramente em se comprometer com a liberação indiscriminada de fluxos de capital. Seu documento reflete o objetivo de crescimento com estabilidade. Com liberdade para a especulação, não o terá.

**América Central é área de interesse do Brasil, diz Pinheiro Guimarães** – Sergio Leo – Valor Econômico – 01/10/2009

Vista por muito tempo como uma região alheia à zona de interesses do Brasil, a América Central, onde fica Honduras, é parte importante da estratégia do Itamaraty para o continente americano, disse ao Valor o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães. A política para a América Central e Caribe inclui projetos comuns com os Estados Unidos, ampliação das relações com Cuba e a atuação no Haiti, que já estavam em ação antes da crise política em Honduras.

"Nosso interesse na América Central é anterior a Honduras", diz o secretário-geral. Antes de aceitar o comando da missão de paz no Haiti, o Brasil enviou missões a países centro-americanos para consultá-los sobre como se faria essa participação, e, além disso, ampliou o número de representações diplomáticas na região. "São países importantes na Organização dos Estados Americanos, um terço dos votos lá", exemplifica. Na OEA se discutem, entre outros temas, questões de interesse dos EUA e dos países da América do Sul.

A determinação de ampliar relações com Cuba, o que levou à inclusão do país no Grupo do Rio, foi decisão tomada desde o início do governo pelo presidente Lula, lembrou. Segundo Pinheiro Guimarães, Cuba teve participação importante e reconhecida pelo governo colombiano em negociações de pacificação com grupos de esquerda locais, como o Exército de Libertação Nacional (ELN).

Na crise hondurenha, o que mais preocupa o governo é o risco de que o exemplo estimule golpes semelhantes em outros países da região, como Guatemala e El Salvador, que elegeram recentemente presidentes de esquerda contra partidos tradicionais e interesses das elites locais, diz Pinheiro Guimarães. "Temos um passado de golpes militares que nos afetou diretamente ou nos países vizinhos com reflexos sobre nós". comenta. "O Brasil não está isolado na condenação ao regime golpista de

Honduras, acompanha a ONU, a OEA, e países como EUA, Canadá, que reconhecem Manuel Zelaya como o presidente legítimo."

Sobre as críticas dos EUA à decisão de Zelaya de voltar a Honduras e a ambiguidade de Washington na condenação formal ao golpe de Estado, Guimarães lembra que o governo Barack Obama tomou medidas de represália ao governo de fato, como a suspensão de ajuda a Honduras e de prerrogativas diplomáticas. "Cabe aos EUA a liderança democrática, não fortalecer regimes não democráticos como o que chegou ao poder com um golpe em Honduras", comentou.

Ele reconhece que é difícil situação política de Obama, alvo de pressão de grupos políticos contra qualquer apoio a um aliado do venezuelano Hugo Chávez, como é Zelaya. "O presidente Obama está diante de uma situação externa e interna extremamente complexa, o que não deve fazer com que deixe de tomar as decisões corretas."

"Se os EUA colocarem o peso de sua influência nessa questão, ela se resolve facilmente", disse. Guimarães diz ter sido surpreendido, como todo o governo, pela decisão de Zelaya de pedir abrigo na embaixada brasileira. Ele não vê perda de influência dos EUA na região e argumenta que, assim como o Brasil, outros países, como México e China, estão mais atuantes na América Central e no Caribe. No caso brasileiro, há ações conjuntas com os EUA em projetos de etanol na Jamaica, República Dominicana e outros países, cita.

Ele rejeita comparações entre o que acontece em Honduras, com fechamento de órgãos de imprensa oposicionista, e países como a Venezuela, onde também houve fechamento de emissoras de rádio e uma de TV. "Em Honduras houve um golpe; na Venezuela não há nenhum jornalista preso", reage.

Entidades jornalísticas na Venezuela se queixam de pressões do governo e devassas fiscais de intimidação contra órgãos da oposição. Guimarães insiste que não se pode comparar o que se passa na Venezuela com as ações do governo golpista em Honduras. "Há liberdade de imprensa na Venezuela, basta ir a Caracas, ver o que se publica lá para comprovar."

### **Tasso apresenta parecer contrário à entrada da Venezuela no Mercosul – Cristiane Agostine – Valor econômico – 01/10/2009**

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentará hoje à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatório com voto contrário à adesão da Venezuela ao Mercosul. Em seu parecer, Tasso faz duras críticas ao processo institucional na Venezuela e justifica sua proposta de veto à "estratégia de destruição da democracia e implantação de regime autoritário" do presidente venezuelano Hugo Chávez.

O parecer será lido hoje na comissão, mas a votação deve ser adiada para a próxima semana. Os governistas devem pedir vista coletiva para tentar articular a derrubada do parecer. O projeto que trata do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul tem de ser votado em plenário.

Responsável no Senado pela relatoria do projeto de decreto legislativo 430/08, Tasso analisa que o debate político sobre a entrada da Venezuela no bloco é mais importante do que o aspecto econômico. Em todo o texto do parecer de 31 páginas, o senador ressalta que a parceria com a Venezuela é uma decisão política e, por isso, mostra-se contrário. "É um grave erro priorizar os aspectos econômicos em

detrimento dos políticos, quando se negocia com estados onde os princípios democráticos foram subordinados ao império da vontade de seus governantes", escreveu Tasso.

Sob pressão de empresários, Tasso cogitou apresentar um parecer favorável, mas com restrições. O relatório apresentado, no entanto, não só defende o veto ao país no Mercosul como traz duras críticas à parceria. "Foram se acumulando ações do presidente Chávez que me assustaram, como a articulação dele em Honduras e o fechamento de canal de televisão. Há um projeto anti-democrático na Venezuela", disse. "Corremos o risco de o Mercosul transformar-se em um barril de pólvora."

As críticas à entrada da Venezuela no bloco somam-se a ataques feitos pelo relator ao Mercosul. Na análise do senador, "o Mercosul não avança em termos de livre comércio e em termos de tarifa externa comum". Ele citou retrocessos na relação comercial, como na parceria com a Argentina, e alega a "falta de segurança jurídica no bloco".

No Congresso, o PSDB, como partido, é o principal opositor à entrada da Venezuela no Mercosul, mas há governistas importantes também contra a permissão, como o presidente do Senado, José Sarney, e o presidente da Comissão de Infraestrutura, Fernando Collor, ambos ex-presidentes da República. Na Câmara, o PSDB foi o único partido que votou em bloco pela rejeição da adesão. O partido comanda no Senado a Comissão de Relações Exteriores, com Eduardo Azeredo (MG), e deu a relatoria a Tasso, suplente na comissão. "O partido sempre foi crítico a esse tema", explicou Azeredo. "Não é um debate só partidário", considerou Azeredo. "Mas não pode ser observado só do ponto de vista econômico", disse.

Na comissão o governo poderá ter dificuldade para rejeitar o relatório: dos 19 integrantes, cinco são do PT. Os sete do PSDB e DEM devem votar com Tasso. O senador Fernando Collor (PTB-AL) já se mostrou contrário à adesão da Venezuela. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), tem desavenças antigas com Chávez e poderá orientar os cinco integrantes do bloco PMDB/PP na comissão a resistirem - e, posteriormente, na votação em plenário. A bancada do PMDB é a maior da Casa. O DEM também tem restrições.

Tasso escolheu um momento estratégico para apresentar o relatório, quando o Brasil negocia com Honduras a permanência do ex-presidente Manuel Zelaya na embaixada brasileira em Tegucigalpa - ação política comandada pelo presidente venezuelano e alvo de críticas. O episódio citado, segundo o relator, é "mais um exemplo dos problemas criados por Chávez".

O parecer de Tasso gerou críticas do governo e o PT vai associar a decisão a perdas econômicas ao país. Para a líder do governo no Congresso, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o "PSDB se desgastará". "Economicamente a adesão da Venezuela é uma proposta irrecusável", disse Ideli. "Queremos ver o PSDB defender que não vale a pena o acordo comercial. Vendemos muito para a Venezuela e compramos pouco deles. É superávit comercial. Se eles ideologizarem, vão se prejudicar."

O comércio Brasil-Venezuela cresceu 885% nos últimos dez anos e o comércio com o país foi o que mais contribuiu para o superávit primário em 2008: 18% do saldo brasileiro vêm das exportações para o país vizinho. O PIB da Venezuela é de US\$ 300 bilhões e seu "potencial econômico atrai um conjunto expressivo de empresas brasileiras, em especial na área de construção pesada". Os dados foram citados pelo relator, mas ele ressalta que as divergências com Chávez impedem o estreitamento das relações comerciais. "(Chávez) tem demonstrado pouca consideração a acordos e contratos, e costuma pautar suas relações internacionais



entre amigos e inimigos, as empresas, investidores e o próprio governo brasileiro poderão encontrar, no futuro, situações difíceis e complicadas", assinalou.

O protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul foi firmado em 2006, em Caracas, e precisa ser aprovado pelos Parlamentos dos países integrantes do Mercosul. Argentina e Uruguai já aprovaram a adesão da Venezuela ao bloco. No Paraguai a resistência foi grande e o governo retirou de pauta o projeto, com receio de que fosse rejeitado.

### **Investida contra o tratado de Kyoto ameaça novo acordo – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – 08/10/2009**

A tentativa dos países ricos de extinguir o Protocolo de Kyoto causou celeuma ontem nas negociações sobre aquecimento global das Nações Unidas em Bancoc, com alguns países em desenvolvimento ameaçando abandonar as conversas. O racha pode colocar em risco o próximo acordo do clima, que será negociado em Copenhague, em dezembro.

O estopim da confusão foi um documento apresentado ontem à tarde (madrugada em Brasília) no grupo de trabalho que discute redução de emissões até 2020.

Segundo Kevin Conrad, negociador de Papua-Nova Guiné, o documento "borrava a distinção" entre países ricos (com metas obrigatórias de corte por Kyoto) e pobres (que devem apresentar só desvios na sua trajetória de aumento de emissões).

Os países do chamado Grupo dos 77 (que reúne o Terceiro Mundo) viram no documento um golpe contra Kyoto e ameaçaram abandonar a reunião. O Brasil não fez menção de interromper as discussões, mas o negociador-chefe do país, Luiz Alberto Figueiredo Machado, pediu para que a imprensa ganhasse acesso às reuniões, que em geral são fechadas.

O objetivo é expor o que os países pobres vêm chamando de "sabotagem" dos ricos, para acabar com Kyoto. No final da tarde, outro documento apresentado numa reunião -fechada- dividia a redução de emissões em três partes: as dos países desenvolvidos, as dos em desenvolvimento e as "gerais".

No item "mitigação geral" consta a frase "agendas nacionais", que, segundo o embaixador extraordinário para Mudança Climática do Brasil, Sérgio Serra, é a senha para implodir o pacto de Kyoto.

"Agendas nacionais" são uma proposta feita pela Austrália para que as ações de corte de gases-estufa sejam feitas por meio de políticas nacionais, ajustadas segundo as condições de cada país e sem necessariamente uma meta de corte preestabelecida. A ideia conta com a simpatia dos EUA e do Japão.

A União Europeia, apesar de defender Kyoto, não quer que os EUA desistam, pois o país é historicamente o maior poluidor do planeta. "O problema é quererem acabar com o protocolo com duas semanas de negociação pela frente antes de Copenhague, sem texto para pôr no lugar", disse Serra.

O tema do momento é a reforma da arquitetura financeira internacional, ou coisa assemelhada. São cada vez mais frequentes os rumores sobre a possibilidade de abandono progressivo do dólar em favor de outras moedas no faturamento das transações internacionais e na denominação de contratos.

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Dominique Strauss-Khan, propõe a transformação do FMI em um prestador de última instância, uma espécie de banco central dos bancos centrais. O futuro chegou ao passado. Keynes, o delegado da Inglaterra em Bretton Woods, propôs a Clearing Union, uma espécie de banco central dos bancos centrais. A Clearing Union emitiria uma moeda bancária, o bancor, destinada exclusivamente a liquidar posições entre os bancos centrais. Os negócios privados seriam realizados nas moedas nacionais, que, por sua vez, estariam referidas ao bancor mediante um sistema de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis. Os déficits e superávits dos países corresponderiam a reduções ou aumentos das contas dos bancos centrais nacionais (em bancor) junto à Clearing Union.

O plano apresentado por Keynes em Bretton Woods buscava uma distribuição mais equitativa do ajustamento dos desequilíbrios de balanço de pagamento entre deficitários e superavitários. Isto significava, na verdade – dentro das condicionalidades estabelecidas – facilitar o crédito aos países deficitários e penalizar os países superavitários. O propósito de Keynes era evitar os ajustamentos deflacionários e manter as economias na trajetória do pleno emprego. Ele imaginava, ademais, que o controle de capitais deveria ser “uma característica permanente da nova ordem econômica mundial”.

Mas o espaço econômico internacional, na posteridade da Segunda Guerra Mundial, foi construído a partir do projeto de integração entre as economias nacionais proposto pelo Estado americano e pela hegemonia de sua moeda. A supremacia do dólar impulsionou a transnacionalização da grande empresa, a ampliação e a reorientação dos fluxos de comércio, ao promover o investimento “cruzado” nos mercados dos países industrializados e suscitar a redistribuição geográfica da produção manufatureira para a periferia.

A “metástase” da grande empresa ganhou força redobrada na década dos 90 e, a partir daí, concentrou o investimento industrial na China e na Ásia emergente. A “competitividade” chinesa é crescente tanto nos mercados menos qualificados quanto, em ritmo acelerado, nos de tecnologia mais sofisticada. O país tornou-se grande receptor do investimento direto americano, europeu e japonês e, ao mesmo tempo, ganhou participação crescente no mercado de bens finais, peças e componentes dos Estados Unidos e Europa.

A redistribuição espacial da indústria manufatureira ampliou os desequilíbrios nos balanços de pagamentos entre os EUA, a Ásia e a Europa, bem como favoreceu o avanço da chamada globalização financeira. Os EUA foram capazes de atrair capitais para cobrir os déficits em conta corrente e, assim, mantiveram taxas de juro baixas, dólar valorizado e importações baratas e calmaria inflacionária. A ampliação dos déficits em conta corrente dos EUA teve como contrapartida a rápida acumulação de reservas nos países emergentes – nos manufatureiros e nos exportadores de commodities, aí incluídos os petroleiros. Utilizadas na compra de ativos americanos, as reservas dos “poupadores” ensejaram a espantosa expansão do crédito, fomentaram

a inflação de ativos e estimularam o consumo das famílias. A virtude da temperança incitou os destemperos da finança que levaram à crise.

A crise financeira tem relações umbilicais com os déficits e superávits crônicos. Os partidários dos desajustes entre poupança e investimento repartem a responsabilidade pelos desequilíbrios globais entre dois vícios simétricos: os americanos poupam menos do que investem; os superavitários (sobretudo, os asiáticos – não só a China, mas também o Japão e outros menos votados) investem menos do que poupam. Os que acusam os superavitários de manipular a taxa de câmbio sublinham a importância das estratégias de crescimento dos parceiros emergentes, impulsionadas pela expansão das exportações, ancoradas nas moedas subvalorizadas.

Conservadores ilustrados, como Martin Feldstein, propõem que a reforma contemple a redução do papel do dólar como moeda de reserva, sua substituição progressiva por um sistema plurimonetário. Recomenda, para tanto, ressuscitar a proposta europeia da chamada “conta de substituição”. Discutida na reunião do FMI em 1979, a proposta foi rejeitada por Paul Volker, que reafirmou o poder da moeda americana, ao impor ao mundo uma elevação sem precedentes da taxa de juro. Tal façanha unilateral está hoje fora do alcance dos EUA.

### **EUA quer mais proteção agrícola em Doha – Assis Moreira – 19/10/2009**

Os Estados Unidos se tornaram mais defensivos na negociação agrícola da Rodada Doha, querendo agora mais proteção para seus agricultores, numa mudança de posição que alarma países exportadores como o Brasil. Washington está cada vez mais enterrando a já combalida negociação para a liberalização global de comércio, primeiro aumentando a cobrança para o Brasil, China e Índia abrirem setores como químicos, máquinas, serviços de saúde, e agora também querendo diminuir o acesso a seu mercado na parte agrícola.

A nova postura foi manifestada em encontro com 14 grandes países exportadores e importadores realizado na Organização Mundial do Comércio (OMC) na semana passada. Até então, os americanos sempre estiveram ao lado daqueles que procuravam reduzir o número de produtos que podem ser declarados "sensíveis" e com isso terem corte tarifário menor.

Desta vez, os representantes dos EUA disseram que a Casa Branca estava sob pressão do setor agrícola doméstico, que considera que os EUA já ofereceram demais na negociação e em troca obtiveram pouco ganho para suas exportações. E indicaram que os parceiros precisam concordar em aumentar de 4% para 6% o número de produtos agrícolas "sensíveis" baixando o tamanho da liberalização.

A posição americana foi bem recebida pelos que estão na defensiva na agricultura, como os países europeus, Coreia do Sul, Japão e Canadá. É que pelo pacote agrícola na mesa, os países terão o direito de designar até 4% de suas linhas tarifárias. Mas alguns países hoje com altas tarifas podem designar até 6% como sensíveis, desde que deem uma compensação aos exportadores com aumento maior das cotas tarifárias.

O Japão pediu logo para aumentar para 8% o número de seus produtos sensíveis, e o Canadá em 6% como querem os americanos. Ou seja, Doha, destinada a liberalizar, está se deslizando para mais proteção. Brasil, Argentina, Uruguai, Austrália e Nova Zelândia rejeitaram enfaticamente as demandas. O Brasil insistiu

que a expansão de cotas tarifárias deve ser de pelo menos 10% do consumo doméstico do país importador protecionista que quiser designar mais produtos como sensíveis.

Os EUA, porém, deixaram claro que também querem pagar menos por nova flexibilidade. E avisaram que precisam de dez linhas tarifárias para criação de novas cotas. O Japão disse que vai impor cotas para açúcar e milho.

O único acordo entre os negociadores foi de que tudo isso precisa ser decidido politicamente. Mas tampouco isso deve ocorrer na conferência ministerial da OMC marcada para 30 de novembro a 2 de dezembro em Genebra, inclusive porque os EUA até hoje cobram concessões, mas não estão realmente engajados em barganhas.

Para alguns analistas, a Rodada Doha só terá fim com uma nova agenda de temas, no caso mais otimista depois de 2011. O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, abandonou seu habitual otimismo profissional e é cada vez mais discreto sobre a eventualidade de um acordo global em 2010. Lamy vem alertando sobretudo para o aumento de pressões protecionistas num cenário de persistente alta do desemprego nos países mais atingidos pela crise econômica global.

### **Brasil quer reunião com emergentes antes de ir à OMC – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – 20/10/2009**

O Brasil planeja organizar um encontro em Genebra com os ministros responsáveis pelo comércio exterior dos principais países em desenvolvimento na véspera da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio. A ideia do encontro é debater a moribunda Rodada Doha de liberalização do comércio global.

Segundo afirmou uma fonte familiarizada com o processo à Folha, essa espécie de "ministerial do B", mais restrita, reuniria os membros do chamado G20 agrícola, que inclui, além do Brasil, China, Índia, Argentina, África do Sul, Indonésia, México e Chile, entre outros.

O Itamaraty ainda iria definir se, e em que condições, o convite será estendido aos EUA, à União Europeia e a outros países, como ocorreu em outras ocasiões. Estes, se presentes, poderão participar como observadores, ou para consultas.

A reunião deve servir para os países costurarem posições mais afinadas sobre a rodada e o comércio global em geral. No ano passado, quando as conversas sob Doha colapsaram, houve dissonâncias dentro do próprio grupo de emergentes.

Mas pode também acabar por aumentar o fosso entre as posições dos emergentes, que ainda receiam em abrir mais seus mercados (embora se mostrem mais dispostos a negociar), e as dos países desenvolvidos, sobretudo EUA, que não abrem mão de subsidiar seus produtores agrícolas.

O G20 agrícola se reuniu em Nova Délhi durante uma "miniministerial" da OMC em setembro e conseguiu avançar em aspectos técnicos, além de intensificar a agenda de debates. Mas isso não se converteu ainda em soluções concretas.

A OMC vai reunir os ministros de seus 153 países membros entre 30 de novembro e 2 de dezembro para debater o comércio global. Embora Doha não seja o tema oficial, há expectativa de que se avance no debate -uma eventual inércia nesse encontro pode servir de atestado de óbito à rodada.

Com o prazo para concluir a rodada se esvaindo -ele foi sucessivamente adiado, da última vez para 2010-, até seus grandes entusiastas, como o chanceler Celso Amorim, se mostram cada vez mais céticos.

O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, tem exortado os governos a acelerarem as negociações, sob pena de o prazo de 2010 se tornar inviável. Com os países se voltando mais e mais a acordos bilaterais, há consenso amplo de que, se não for selada em 2010, a rodada acaba.

### **Brasil e mais 21 países podem reduzir tarifas – Jonathan Lynn – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/11/2009**

Negociação, menos exigente que a da Rodada Doha, visa aumentar o comércio entre economias em desenvolvimento

Diplomatas dizem que provável acordo envolve corte de 20% ou mais nas tarifas reais sobre 70% dos bens negociados entre esses países

Visto que as negociações da Rodada Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC) entram no seu nono ano sem uma conclusão à vista, um grupo de 22 países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, se prepara para fechar um acordo próprio de redução de tarifas e promoção do comércio entre si. O acordo para expandir o Sistema Geral de Preferências Comerciais (GSTP, na sigla em inglês) pode ser anunciado durante a conferência ministerial de três dias da OMC que começa em Genebra (Suíça) no dia 30 deste mês, com a presença de ministros da maioria dos 153 países-membros. O GSTP, com 22 integrantes, inclui pesos-pesados como Brasil, Coreia do Sul e Índia, bem como alguns dos países mais pobres do mundo, a exemplo de Coreia do Norte e Zimbábue. África do Sul e China não participam do grupo. O GSTP é um dos poucos fóruns em que as duas Coreias negociam diretamente. Funcionários do setor de comércio e diplomatas afirmaram que o provável acordo envolveria um corte de 20% ou mais em suas tarifas reais, ou "aplicadas", sobre 70% dos bens negociados. Esse acordo, conhecido no jargão da diplomacia comercial como "modalidades", seria então implementado nos próximos meses depois de trabalhos detalhados para a aplicação da tarifa a produtos individuais. Os países também negociariam cortes mais profundos de maneira bilateral, e essas vantagens seriam posteriormente oferecidas a todo o grupo. Um estudo conduzido pela Unctad, órgão da ONU que está prestando assistência técnica às negociações do GSTP, estima que um corte de 30% nas tarifas, pelos 22 países, elevaria suas exportações em US\$ 11,7 bilhões, enquanto um corte de 20% resultaria em elevação de US\$ 7,7 bilhões. O comércio entre os países em desenvolvimento continua a ser relativamente pequeno, mas eles estão ávidos por expandi-lo e aproveitar o crescimento uns dos outros, para reduzir a dependência com relação às nações ricas. As propostas do GSTP, nas quais participantes teriam espaço para isentar 30% dos bens de quaisquer cortes de tarifas, são também muito menos exigentes que as da Rodada Doha para todos os 153 países-membros, ainda que essas igualmente ofereçam tratamento especial aos países em desenvolvimento e aos mais pobres. "Um dos problemas do comércio Sul-Sul é que a base inicial é bastante baixa e por isso não existem linhas de navegação estabelecidas", disse um diplomata latino-americano envolvido nas negociações. "Caso o desenvolvimento comece, assim que for atingida uma massa crítica as coisas

começarão a fluir", completou. As regras do comércio internacional permitem tratamento especial aos países em desenvolvimento, por exemplo com o uso de tarifas reduzidas preferenciais, as quais envolvem dispensar o princípio de não discriminação que norteia os acordos da OMC, sob qual todos os integrantes devem receber o mesmo tratamento. Esse tratamento preferencial é, em geral, oferecido pelas potências comerciais ricas, como os Estados Unidos e a União Europeia, mas países em desenvolvimento também o oferecem. O GSTP foi criado em 1988. Uma tentativa de expandi-lo nos anos 90 fracassou. A atual rodada de negociações, no momento presidida pelo embaixador argentino na OMC, Alberto Dumont, se iniciou em São Paulo em 2004. Os membros da OMC que pertencem ao GSTP são: Argentina, Brasil, Chile, Coreia do Sul, Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Malásia, Marrocos, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Sri Lanka, Tailândia, Uruguai, Vietnã e Zimbábue. Os não membros da OMC integrados ao grupo são Argélia, Coreia do Norte e Irã.

---

Tradução de **PAULO MIGLIACCI**

#### **OMC confirma vitória do país contra os EUA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/11/2009**

O Órgão de Solução de Controvérsias da OMC (Organização Mundial do Comércio) autorizou hoje o Brasil a aplicar sanções comerciais aos EUA por conta de subsídios dados aos produtores de algodão. Em 31 de agosto, a OMC deu ao Brasil o direito de punir os EUA em um valor próximo a US\$ 295 milhões. Mas, para poder executar a medida, Brasília deveria pedir autorização ao Órgão de Solução de Controvérsias, que hoje deu o sinal verde. Segundo fontes da OMC, o Brasil pode começar a aplicar as sanções quando quiser. O que não pode ser determinado com certeza é o valor dessas sanções, já que o número dependerá de cálculos baseados nas informações dos EUA. Segundo as estimativas do Brasil até o momento, em 2009 poderão ser aplicadas sanções no valor de US\$ 460 milhões às mercadorias e de US\$ 340 milhões nos serviços e propriedade intelectual. Quanto aos produtos que poderão ter aumento de tarifa, o Brasil publicou uma lista de 222 itens, que está aberta a consulta até 30 de novembro -data limite para que as associações empresariais apresentem sugestões.

#### **Mercosul e UE retomam negociação – Jamil Chade – O Estado de São Paulo – 21/10/2009**

Sem esperanças de concluir a negociação da Organização Mundial do Comércio (OMC) com impacto positivo no curto prazo, Mercosul e União Europeia (UE) tentam relançar o processo de um acordo regional, cinco anos depois de um

impasse que praticamente colocou a negociação na geladeira. O Estado obteve confirmações de que no próximo dia 4, em Lisboa, negociadores dos dois blocos vão se reunir para reiniciar o processo e ver se há espaço para estabelecer um novo cronograma de negociações.

O encontro estava sendo mantido em sigilo exatamente para não atrair a atenção da imprensa. A cidade de Lisboa ainda foi escolhida para tentar evitar a presença de jornalistas.

A reunião ocorre depois que Brasil e UE chegaram a um entendimento em Estocolmo, há duas semanas, sobre a importância em retomar o processo. Mas muitos ainda são céticos em relação a um acordo de liberalização. A ideia do encontro é que cada delegação aponte o que está disposta a fazer para que o processo seja relançado. Se houver espaço, o processo então será oficialmente relançado com um encontro ministerial.

Na defensiva, a Argentina já fala em um "acordo em etapas" que seria calibrado periodicamente.

O projeto ambicioso de um mercado sem tarifas entre Europa e o Mercosul foi lançado no fim dos anos 90. Mas, desde então, os fracassos nas negociações se acumularam. Os europeus se queixavam de que em 2004, quando o processo foi paralisado, o Mercosul oferecia apenas uma abertura para 70% do comércio bilateral. O objetivo era ter entre 85% e 90% dos fluxos liberalizados.

#### FORMAS "INOVADORAS"

Os países do Mercosul alertaram que não poderiam fazer mais se os europeus não promovessem uma maior abertura de seu próprio mercado agrícola. Na época, o comissário de Comércio da UE era o francês Pascal Lamy, hoje responsável pela OMC, também em crise.

Por enquanto, o projeto é estudar formas "inovadoras" de atender aos pedidos dos dois lados. Nestor Stancanelli, negociador-chefe da Argentina para acordos comerciais, indicou que uma opção era oferecer um acordo "por etapas".

Assim, o Mercosul daria um sinal político de que ainda está interessado em um acordo comercial. Mas evitaria fazer concessões que a indústria argentina não quer nem ouvir falar.

Na semana que vem, o Mercosul se reúne para tentar definir quais serão os projetos que levará para a Lisboa. A coordenação entre os quatro países do bloco nem sempre foi fácil, já que a resistência da indústria argentina por um acordo chegou a impedir avanços no passado.

O encontro de novembro ainda serve para abrir as portas de uma etapa que os próprios europeus esperam que esteja mais voltado para a América Latina. Em janeiro, a Espanha assume a presidência da UE por seis meses e já indicou ao Brasil, nos bastidores, que voltará a olhar para a região com prioridade. Na atual presidência, da Suécia, o Mercosul nem sequer faz parte da agenda de trabalho como prioridade.

Outro fator importante é a renovação do mandato do português José Manuel Durão Barroso como presidente da Comissão Europeia por mais quatro anos. Barroso já indicou que dá pessoalmente importância ao projeto.

Se, politicamente, um acordo com o Mercosul é importante, os setores industriais europeus indicam que os verdadeiros ganhos estão na Ásia. Bruxelas fechou na semana passada um tratado com a Coreia do Sul e já fala em tentar fechar um acordo com a Índia e outro com os dez países que fazem parte da Associação de Nações dos Sudeste Asiático. Outra possibilidade é ainda uma aproximação com o Japão.

Em termos de eliminação de tarifas, o acordo com a Coreia significará a redução imediata de 1,6 bilhão em gastos para os coreanos e outro 1,1 bilhão para os europeus. Em volume de comércio, a expansão poderia chegar a 30 bilhões.

**EUA pedem ao Brasil concessões adicionais na Rodada Doha** - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 27/11/2009

*Peter Allgeier, ex-negociador dos EUA: "A menos que esse impasse seja quebrado não haverá conclusão da Rodada"*

Os Estados Unidos apresentaram ao Brasil uma lista de 3 mil alíquotas - 30% do universo tarifário brasileiro - a partir das quais espera concessões adicionais do país para voltar à mesa de negociações da combalida Rodada Doha, na Organização Mundial do Comércio (OMC). O Valor apurou que a lista foi apresentada na mais recente negociação bilateral, ocorrida há algumas semanas em Paris, e cobre setores onde Washington quer redução maior e mais acelerada de cortes tarifários, como papel e celulose, químicos e farmacêuticos, máquinas e equipamentos médicos. O setor automotivo não está incluído.

A ideia americana não é arrancar concessões adicionais em todas as 3 mil linhas tarifárias, mas sim entre elas, que cobrem em todo caso setores considerados sensíveis. No entanto, Washington sequer indicou quais produtos considera prioritários, dificultando uma eventual barganha. Mas é por essa lista que cedo ou tarde voltará a negociar.

Na prática, Washington continua aumentando as cobranças sobre o Brasil, China e Índia, sem realmente se engajar de volta na negociação, para tentar evitar o papel do grande vilão atual no sistema multilateral de comércio.

O fato, porem, é que os EUA chegam completamente isolados para a conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) de segunda a quarta-feira em Genebra. A maioria esmagadora dos países rejeita a posição americana de reabrir o pacote de Doha só de um lado, sem que Washington tenha de pagar pelas concessões que pede. Brasil, China e todos os outros dizem que já estão no limite do que podem fazer. E os próprios EUA estão nessa situação sem aumentar sua oferta na área agrícola. A grande maioria quer indicar que não aceita jogar fora oito anos de negociação porque "um só país" bloqueia a negociação.

Ocorre que esse único país é a maior economia do planeta e sua receita para eventualmente voltar à mesa de negociações é amarga. Peter Allgeier, que serviu como embaixador dos EUA na OMC de 2005 até metade deste ano, deu uma mostra disso na semana passada em uma apresentação em Washington. Ele concordou que o impasse atual em Doha é devido principalmente aos EUA, pela sua demanda de maior acesso a mercados agrícola e industrial de Brasil, China e Índia. "A menos que esse impasse seja quebrado", disse Allgeier, "não haverá conclusão da Rodada Doha".

Agora presidente de uma empresa afiliada do escritório de advocacia Crowell and Moring LLP, ele sugeriu que os EUA apresentem uma proposta em três pontos para "reenergizar" a negociação para a liberalização global de comércio. De seu lado, Brasil, China e Índia se comprometeriam a renunciar a usar qualquer exceção na negociação industrial, e, portanto, abririam mão do direito de fazer cortes menores nas tarifas de produtos de setores considerados sensíveis. Por sua vez, os EUA se



comprometeriam a abandonar a metodologia de calcular margem de dumping, conhecida por "zeroing" - já condenada diversas vezes pelos juízes da OMC por inflar a sobretaxa que o exportador é obrigado a pagar.

Allgeier sugere que a União Europeia renuncie à sua proposta para que os membros da OMC ampliem a proteção de indicações geográficas para vinhos, destilados e outros produtos, que é rejeitada com força por países como a Argentina. Para o ex-embaixador americano, são decisões políticas difíceis de serem tomadas, mas não são sacrifícios econômicos "fatais".

A China, que também deveria ter bilateral com os americanos, informou que até agora isso não ocorreu. Para o embaixador chinês na OMC, Sun Zhenyu, pode-se esperar a manifestação de "uma frustração certa" com o impasse na Rodada Doha, ao longo da próxima semana em Genebra.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

